

Caminho Sem Volta

JORNAL DO BRASIL

1 * DEZ 1993

A pedido do coordenador da Subcomissão de Emendas, deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), o Tribunal de Contas da União fará auditoria de emergência de 20 obras com indícios de irregularidade, localizadas em estados tão diferentes quanto Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Rondônia, Paraíba e Ceará. Já não era sem tempo. O TCU é o órgão por excelência de assessoria do Legislativo na fiscalização das aplicações de recursos públicos. A falta de uma presença maior do TCU nas discussões sobre moralização da vida pública brasileira, porém, é a medida exata do pouco zelo com que os políticos tratam a satisfação de seus atos perante a opinião pública. Só se lembram de fazer promessas nos meses de campanha. Na hora de prestar contas, poucos se apresentam.

A revelação do tráfico de emendas orçamentárias está mudando radicalmente a postura dos eleitores e suas exigências diante dos políticos.

Ouvidos e olhos atentos ao noticiário clamam por uma rigorosa fiscalização das obras públicas, dos meandros das decisões que levam o dinheiro para este ou aquele estado. Causa espécie ao contribuinte, sobretudo no momento que se vê compelido a aumentar sua cota de pagamento de impostos, perceber que foi exatamente o descaso na fiscalização a origem dos desmandos que desviaram quantias volumosas para contas particulares.

Uma rigorosa apuração do TCU dos caminhos que levaram a obras fantasmas, a benfeitorias inúteis, a falcatruas variadas diante da boa fé do contribuinte é requisito fundamental da cidadania no Brasil de hoje. Encontra-se a autoridade pública com sua credibilidade posta em risco se não forem agilizados os procedimentos de fiscalização e investigação de irregularidades, a fim de que se acumulem provas técnicas contra os fraudadores do Erário. Só assim se consolidará o processo de democratização e moralização da vida pública. Desencadeou-se o processo: este é um caminho sem volta.